

## **A cristandade sob o governo de Constâncio II: movimentos populares urbanos a partir das *Histórias Eclesiásticas* de Sócrates, Sozomeno e Teodoreto de Ciro.**

João Pedro Rodrigues de Andrade

**Resumo:** A comunicação teve por objetivo traçar um panorama acerca dos movimentos populares experienciados no Império romano sob o governo de Constâncio II (337-361), atentando-se para as formas de ação empreendidas pelos fiéis cristãos. Por conta do recorte temporal utilizado, a comunicação também procurou explorar o contexto da heresia de Ário, motivadora de diversas manifestações, tumultos e sedições por parte da cristandade laica. Foram correlacionados episódios das *Histórias Eclesiásticas* produzidas por Sócrates, Sozomeno e Teodoreto de Ciro, norteados pelos conceitos de conflito e violência, em ordem de analisar as identidades cristãs presentes no período delimitado. A exposição privilegiou, de acordo com a natureza das fontes empregadas, os movimentos populares que tomaram lugar nas cidades romanas, especialmente aquelas da porção oriental do Império.

**Palavras-chave:** Império romano. Constâncio II. *Histórias Eclesiásticas*. Questão Ariana. movimentos populares.

### **Introdução:**

O Império romano do século IV presenciou uma série de transformações, tanto no âmbito político-administrativo, como visto na atuação de Diocleciano e na instauração do regime de Dominato; quanto nas experiências religiosas, haja vista a consolidação do cristianismo em meio a população romana. O reestabelecimento da autoridade e legitimidade imperial pela construção do sistema político e ideológico da basileia foi acompanhado por uma série de medidas organizacionais, ampliando-se o aparelho burocrático do Estado e melhor gerindo o corpo militar disponível (SILVA; MENDES, 2006). Nesse cenário de reordenamento do cosmos, a religião tradicional greco-romana teve papel fundamental, uma vez que a concepção da basileia se fundou inicialmente na associação dos *Augusti* às divindades do panteão: Diocleciano ligado a Júpiter e Maximiano, a Hércules. Até mesmo Constantino com seu culto

ao deus Marte e predileção pelo *Sol Invictus* indicava que a autoridade terrena estava associada a dimensões supralunares.

O cristianismo, por sua vez, uma alternativa às religiões e práticas religiosas estabelecidas, teve no século IV um novo ciclo de difusão. Superadas as perseguições de Décio e Valeriano, e também de Diocleciano, a fé cristã encontra em Constantino o apoio necessário para seu fortalecimento enquanto religião, superando, assim, a crença de que os seguidores de Cristo haviam desestabilizado a *pax deorum*. Por meio do pseudo-Edito de Milão (313), uma correspondência oficial assinada por Constantino e Licínio, o Império reconhecia a licitude da nova religião e aceitava a liberdade de crença dos romanos, ao mesmo tempo que possibilitava o aprofundamento da relação Estado-Igreja (LEMOS, 2013, p. 36). A basileia, após a consagração de Constantino como Augusto solo, contava, então, com arcabouços simbólicos tanto pagãos quanto cristãos.

Os três séculos de desenvolvimento que a Igreja tivera até aquele momento proporcionaram a sistematização de algumas estruturas fundamentais ao cristianismo. Por um lado, os cânones teológicos e interpretações das Escrituras encontram-se ainda em debate, porém existe a busca por uma liturgia comum às sés espalhadas pela *oikoumene* – o que pode ser observado pelo número de sínodos e concílios do período. Por outro, a hierarquia eclesiástica está consolidada. Os bispos, figuras estabelecidas durante o século III, ocupam o topo dessa hierarquia, seguidos pelos presbíteros e diáconos. Também é digno de nota a sistematização de mosteiros e da prática ascética no monacato, uma vez que bispos e monges compartilham do status de autoridade no interior da Igreja, mesmo que difiram no espaço e maneira de atuação (SILVA, 2015, p. 213-223).

O novo patamar alcançado pela Igreja no Império significou novos horizontes para as duas partes envolvidas nessa relação. Sob o signo religioso, Constantino e sua casa enxergavam no cristianismo mais uma ferramenta para a pacificação da sociedade romana. Dessa forma, o imperador se aproxima do crescente número de adeptos cristãos por meio de medidas favoráveis, como o resgate dos bens confiscados durante as perseguições, atribuição de poderes locais aos bispos – como conciliadores jurídicos e enviados especiais –, e por meio de um programa edilício empreendido pela casa constantiniana (RUBENSTEIN, 2001, p. 139-141). Os bispos, beneficiários dessas medidas, atuaram em nome do imperador e constroem ao seu redor um conjunto de símbolos que cristalizem a basileia como sagrada, sob a perspectiva cristã. O culto pagão a divindade do Augusto, por exemplo, é transfigurado pelo cristianismo nas

preces pela saúde do governante, que pôs fim ao martírio do povo cristão (SILVA, 2006, p. 254)

Augusta Helena, mãe de Constantino, exemplifica o programa de edificações empreendido pelo Império durante o século IV (ARMSTRONG, 1967, p. 8). A matrona cristã da casa imperial fez uma peregrinação pela Palestina, fundando igrejas em pontos significativos para o cristianismo, como a igreja da Natividade, em Belém, e a igreja do Santo Sepulcro, em Jerusalém. Existiu um interesse pelos constantinianos em resguardar espaços para a religião cristã, financiando obras de relevância e, assim, auxiliando em seu processo de difusão – o que podemos relacionar às práticas de evergetismo, comuns no mundo romano. A própria Constantinopla, capital oriental do Império, conta com um conjunto arquitetônico de grande porte dedicado ao culto à Trindade – somado ao fato da cerimônia de dedicação da cidade ter sido realizada no dia 11 de maio de 330, dia de São Mócio, mártir local.

Como já dito, os cânones dogmáticos e teológicos ainda estavam sendo debatidos no século IV. Os espaços conciliares e sinodais foram palco de discussões pragmáticas, relacionadas ao funcionamento das comunidades com seus respectivos bispos, e filosóficas, dando conta de questões teológicas e exegeses das Escrituras. A Questão Ariana, ou arianismo, talvez tenha sido o motivo de grande parte dos Sínodos e Concílios daquele século, uma vez que abrangia estas duas dimensões (GARCÍA, 2004).

A Questão Ariana deriva seu nome do presbítero Ário de Alexandria (256-336), por conta de sua interpretação teológica de parte das Escrituras. Para o presbítero, existiria uma diferença entre Jesus Cristo, Filho, e Deus Pai dentro da Trindade, uma vez o primeiro seria criado a partir da ordem do segundo. Sendo assim, o Filho seria de menor majestade e de substância diferente de seu criador, aproximando-o do aspecto humano. A opinião de Ário se espalhou de Alexandria para todo o restante do Império, tendo ele mesmo contribuído para a dispersão desta ao escreve-la em forma de hinos, facilmente reproduzidos pelos populares (MAGALHÃES, 2016).

A dimensão teológica das afirmações de Ário, entretanto, não é a única, visto que as autoridades eclesiásticas do mundo cristianizado tomaram partido quanto à natureza de Cristo. Aqueles de sentimentos semelhantes ao do presbítero, arianos, foram restringidos à comunhão pelos divergentes e, por sua vez, também promoveram ações de separação para com seus opositores, causando perturbações na organização dos quadros da Igreja. Foram excomunhões e exílios mútuos promulgados em sínodos e concílios parciais, culminando na intervenção

imperial de Constantino. O imperador conclamou o Concílio de Niceia (325), primeiro concílio com o epíteto de ecumênico, na esperança da resolução da Questão e apaziguamento dos ânimos de bispos, presbíteros, diáconos e da sociedade romana, já fracionada e inserida na disputa (RUBENSTEIN, 2001, p. 99). Os opositores ao arianismo conseguiram neste espaço de discussão a confecção de um credo negando as afirmações de Ário que deveria servir de ortodoxia aos cristãos. O credo de consubstancialidade, documento que atestava a igualdade em natureza e poder entre Pai e Filho, foi, então, defendido por aqueles chamados nicenos, em homenagem ao concílio.

A Questão Ariana, então, não foi somente um conflito teológico entre nicenos e arianos, mas “uma competição entre vários grupos rivais pelo controle da única ‘Igreja católica e ortodoxa’ que todos os grupos alegavam ser” (GWYNN, 2010, p. 250). Por este viés, pode-se buscar apoio nos episódios descritos por Sócrates de Constantinopla, Sozomeno Escolástico e Teodoreto de Ciro para perceber o arianismo enquanto motivo de atuação popular no século IV.

### **As *Histórias* de Sócrates, Sozomeno e Teodoreto:**

As *Histórias Eclesiásticas* do século V se apresentam enquanto grandes compilados de episódios cronologicamente organizados que foram produzidos por autoridades eclesiais para a preservação de uma memória comum cristã. Em se tratando das *Histórias* de Sócrates, Sozomeno e Teodoreto, percebe-se a importância dessa atividade historiográfica para a porção Oriental do Império romano, uma vez que os três autores escrevem em grego e destinam especial atenção aos ocorridos nessa região.

Enquanto forma de escrita em prosa, o modelo seguido pelas *Histórias* deriva da obra homônima de Eusébio de Cesareia, bispo relacionado à casa imperial e de grande influência dentro dos debates da Questão Ariana. Eusébio, que também produziu uma obra biográfica de cunho panegírico sobre Constantino, *Vita Constantini*, constrói a narrativa de sua *História* a partir do surgimento do cristianismo na figura de Jesus, rememorando os episódios fundacionais da Igreja. A obra, subdividida em dez livros, busca compilar os caminhos percorridos pelos cristãos, passando pela época apostólica, pelos perigos das perseguições e culminando na aceitação do cristianismo enquanto *religio licita* pelo imperador Constantino; sendo assim, a obra carrega um tom de escatológico, de superação dos obstáculos por parte dos fiéis.

Diferentemente do que já havia sido produzido no Mundo Antigo, a *História* de Eusébio foge dos parâmetros pagãos ao desviar-se de guerras e outros fenômenos políticos e constituir a crônica de uma religião em vias de institucionalização. Também é diferente a interpretação da história sob a qual o autor se baseia: enquanto autores clássicos como Tucídides, Heródoto e Tito Lívio acreditam que o cotidiano é regido por forças divinas, como a *Fortuna*, e que os personagens possuem pouca influência num panorama maior, atuando apenas em momentos críticos, como o *Kairos*; Eusébio escreve sob a perspectiva cristã do Livre Arbítrio, dando a cada indivíduo a oportunidade de moldar os processos históricos (CHESNUT, 1977, p. 61). Outro ponto crucial da *História Eclesiástica* é o reconhecimento dos inimigos da Igreja, delimitando pagãos e hereges como culpados pelos desvios da História. A recusa do autor em tratar sobre os acontecimentos políticos, entretanto, encontra um obstáculo quando da datação dos eventos descritos, pois Eusébio utiliza, para fim de situar o leitor, datas comuns relacionadas ao passado do Império romano.

Estas características da obra eusebiana se perpetuam nos trabalhos dos historiógrafos do século V, Sócrates de Constantinopla, Sozomeno Escolástico e Teodoreto de Ciro. Tidos como continuadores diretos de Eusébio por iniciarem suas *Histórias* a partir do final do governo de Constantino, estes autores tornaram cânone as estruturas utilizadas pelo predecessor, solidificando, assim, uma corrente literária diferenciada dentro do cristianismo (NOBBS, 1986, p. 1).

Sócrates, nascido em Constantinopla por volta do ano 380, compõe sua *História* entre 438 e 443, utilizando-se da obra de Eusébio e de seu tradutor e continuador latino, Rufino de Aquileia; além de diversas outras fontes disponíveis na capital oriental, como cartas entre autoridades eclesiásticas, credos e documentos conciliares e, até mesmo, relatos de contemporâneos que presenciaram os eventos por ele relatados. Fica nítida a importância das fontes para Sócrates pelo número de citações diretas em seu texto. Considerado “tolerante” por historiadores modernos, Sócrates também é incisivo quanto a delimitação dos inimigos do cristianismo, os heréticos e arianos, porém se aproxima de outras correntes religiosas existentes no período, especialmente os novacianos (LEPPIN, 2003, p. 222).

Sozomeno, contemporâneo de Sócrates e também residente de Constantinopla, nasceu na região próxima a Gaza por volta do ano 380. A origem familiar cristã e abastada favoreceu a educação de Sozomeno – assim como Sócrates –, que aprendeu gramática, retórica e direito e atuou como advogado, rendendo-lhe o epíteto de Escolástico (CHESTNUT, 1977, p. 192). Enquanto Sócrates produziu uma *História* entrecortada por excertos, Sozomeno, que escreveu

nos anos 440, se ateu a estilística tradicional pagã, construindo uma narrativa mais próxima dos grandes épicos (NOBBS, 1986, p. 8)

Originário de Antioquia, Teodoreto é o mais distante temporalmente e geograficamente dos três autores. Nascido provavelmente no ano de 393, o autor escreveu sua *História Eclesiástica* por volta dos anos 441 e 449, período em que atuou como bispo na cidade de Ciro. Também conhecido por seus tratados teológicos e exegéticos, Teodoreto disserta sobre os episódios históricos a partir de um ponto de vista religioso, tomando os as ações individuais e seus reveses como punições ou exemplos da misericórdia divina (LEPPIN, 2003, p. 231). Assim como Sozomeno, Teodoreto não incluiu em seu texto citações extensas, parafraseando as fontes que consultou; é provável que os dois tenham consultado a obra de Sócrates por ser a mais antiga das três.

Os três autores dedicam livros de suas coletâneas históricas à história da Igreja sob Constâncio II, dando conta tanto dos problemas teológicos e episcopais, quanto da situação política do Império entre 337 e 361: no caso de Sócrates e Teodoreto, os segundos livros, enquanto Sozomeno trata do assunto em seus livros terceiro e quarto. É dentro desse *corpus* documental que podemos enxergar episódios em que a participação popular tomou tanto das cidades romanas quanto dos escritos historiográficos do século VI.

### **Atuação popular sob Constâncio II:**

Os episódios a serem trabalhados a seguir foram retirados das obras de Sócrates, Sozomeno e Teodoreto, e demonstram como os autores cristãos tardo-antigos reconheciam a participação popular nos embates decorrentes da Questão Ariana. Para efeitos de análise, nos apoiaremos nos conceitos de violência, como descrita por Mario Stoppino (1998), e de conflito, proposto por Gianfranco Pasquino (1998), que serão iluminados no decorrer da exposição dos episódios. Tais episódios serão devidamente situados dentro de seus respectivos contextos, a fim de demonstrar como a ação dos moradores das cidades romanas reagiram de formas diferentes de acordo com as situações então colocadas – além de perceber a diferença na composição social destes habitantes.

O primeiro dos três episódios foi extraído da obra de Sócrates de Constantinopla, porém, poderia também ser encontrado nos trabalhos dos demais autores sob outras perspectivas. Em 337, faleceu o bispo de Constantinopla, Alexandre, deixando vaga a cadeira episcopal.

Surgiram então dois candidatos, Paulo e Macedônio, representantes, respectivamente, dos credos niceno e ariano. A disputa entre os dois tomou as ruas quando a população se dividiu em duas facções de apoio aos pretendentes. Entretanto, o poder imperial, na figura de Constâncio, não ficou satisfeito com a tentativa de ordenação de um prelado sem a sua autorização e enviou um destacamento para controlar a situação na cidade.

Dessa maneira, ele [Constâncio II] ordenou que seu general Hermógenes, que havia sido despachado para a Trácia, passasse por Constantinopla em seu percurso e expulsasse Paulo da igreja. Ele, ao chegar em Constantinopla, jogou a cidade ao caos tentando expulsar os bispos; pois o povo se levantou em sedição, ávidos por defender seu bispo. E quando Hermógenes persistiu em seus esforços para retirar Paulo por força militar, o povo tornou-se exasperado, como é comum em tais situações; e, fazendo um ataque desesperado contra ele, atearam fogo à sua casa e, depois de arrastá-lo pela cidade, finalmente o mataram. (Socrates, *Historia ecclesiastica*, II, XIII)

O trecho demonstra o uso da *violência* como instrumental de ação por parte da população nicena de Constantinopla. Como coloca Mario Stoppino (1998, p. 1295), “o objetivo óbvio e direto do emprego da *violência* é destruir os adversários políticos ou colocá-los na impossibilidade física de agir com eficácia”. Sendo assim, o uso da violência pelos nicenos é um ato político de resistência em frente a uma outra *violência*, essa perpetrada pelo Estado, a fim de incapacitar Hermógenes e evitar o exílio do candidato niceno.

Em um segundo sentido, o trecho explicita uma quebra no tecido social romano, uma vez que os populares, *humiliores*, utilizam da *violência* contra um membro da elite imperial, parte do grupo de *honestiores*.<sup>1</sup> Além de desacatar uma ordem enviada pelo próprio Constâncio, os constantinopolitanos sustaram “as regras da ordem social constituída: com a arma dramática e terrível da *Violência*, os homens que a empregam quebram a lei e se auto-proclamam legisladores em nome da justiça” (STOPPINO, 1998, p. 1296).

No segundo trecho, retirado da *História* de Sozomeno, Macedônio, já bispo de Constantinopla, por volta do ano 350, se utiliza de sua prerrogativa episcopal para enviar um destacamento de soldados contra um grupo de anti-arianos que habitava as regiões próximas à

---

<sup>1</sup> Esta divisão social da população romana tardo-antiga está de acordo com as categorias descritas por Ramón Teja (1997). De acordo com o autor, as categorias de *honestiores* e *humiliores* eram baseadas na diferença de direito instituído para cada um desses grupos. Dessa forma, *honestiores* seriam aqueles cujos direitos e poderes políticos estavam “legalmente estabelecidos” – detendo, concomitantemente, uma força política e social “baseada na riqueza” (TEJA, 1997, p. 117). Associa-se, então, ao status de *honestiores* a condição de uma elite no contexto da Antiguidade Tardia, ocupando cargos de prestígio na administração local e imperial. *Humiliores*, por sua vez, constituíam a maior parcela da sociedade, englobando homens livres e o número decrescente de escravizados, que gozava de um estatuto jurídico, social e econômico inferior.

cidade. A intenção do bispo ariano era de converter, ainda que sob o uso da força, os dissidentes dentro do cristianismo, em ordem de estabelecer uma ortodoxia.

Pois ele [Macedônio] imaginou que tais homens sem treinamento em armas seriam, na primeira aparição dos soldados, tomados pelo terror e entrariam em conformidade com suas noções. Mas isso se processou de outra forma, pois o povo de *Mantinium* se armou com foices e machados e quaisquer outras armas que estivessem à mão, e marchou contra o efetivo militar. Deu-se um conflito severo e muitos do *Paphlagonianos* caíram, mas quase todos os soldados foram mortos. (Sozomen, *Historia ecclesiastica*, IV, XXI)

A resistência da população anti-ariana se deu por meio de uma dinâmica violenta, concorrendo para a consolidação de sua identidade. O uso das armas disponíveis pelas pessoas comuns, a organização de uma contraofensiva e a vitória sobre o inimigo ariano demonstram que a “*Violência* tem a função de favorecer a formação de uma consciência de grupo e de estabelecer a identidade e os limites do próprio grupo” (STOPPINO, 1998, p. 1297), sendo esse limite o desapego da própria vida pela defesa de um ponto de vista teológico.

Tomando agora o *conflito* como ponto de referência, o embate entre arianos e nicenos “é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos” (PASQUINO, 1998, p. 225). Por recursos escassos entendemos tanto a disputa pela elevação dos bispos e as consequências materiais disso, quanto o estabelecimento de uma ortodoxia. Arianos e nicenos se veem como corretos teologicamente e se enfrentam pelo recurso de ser a única interpretação da divindade vigente dentro do cristianismo. Assim como a violência, o conflito é uma forma de participação política e social da população e da elite eclesiástica dentro do esquema de relações que constitui o Império romano no século IV.

Outro exemplo em que o *conflito* é utilizado como estratégia política pela população pode ser encontrado na *História Eclesiástica* de Teodoreto de Ciro, quando o bispo Libério de Roma é afastado de sua sé. Libério era sectário de Atanásio de Alexandria, por isso niceno, e foi substituído por um membro da facção ariana. Diferentemente dos outros dois episódios expostos, este não tem como força propulsora os cidadãos de origem humilde: as camadas superiores da sociedade romana, em especial, as mulheres da elite cidadina se posicionam contra uma medida imperial.

As mulheres da elite instaram seus maridos a fazer uma petição para o imperador [Constâncio II] pela restauração do pastor [Libério] ao seu rebanho: elas ainda adicionaram que caso isso não fosse feito, deixá-los-iam e iriam elas mesmas atrás de seu grande pastor. Os maridos replicaram que tinham medo de causar ressentimentos ao imperador. “Se fossemos perguntá-lo”,

continuaram, “sendo homens, ele poderia considerar uma ofensa imperdoável; mas, se vocês mesmas apresentassem a petição, ele iria poupa-las de qualquer maneira, ou acatando o pedido ou dispensando-as sem qualquer injúria. (Theodoret, *Historia ecclesiastica*, II, XIV)

Tendo o *conflito* como intermediário, o *modus operandi* destas mulheres não é a *violência*, mas sim os próprios meios disponíveis dentro do sistema político romano, assinalando uma das facetas dos conflitos – o uso de regras comuns aceitas pelos participantes do embate (PASQUINO, 1998, p. 228). Nesse sentido, percebe-se uma institucionalização da disputa por conta de sua regulamentação dentro dos limites do próprio Estado. Tal *conflito* não busca mudanças do aparato político, mas sim numa situação local, por isso a população se apropria dos meios disponíveis no próprio sistema para fazê-lo.

Por fim, as causas desses episódios de *conflito* e *violência* são encontradas dentro do contexto romano, tendo em vista que os processos históricos que atravessaram aquela sociedade abriram possibilidade para tais fenômenos. Como pondera Pasquino (1998, p. 227), as causas do *conflito* não são exteriores ao ambiente em que ele surge, pois toda conformidade social produz em si mesma antagonismos, cabendo à análise histórica situar os possíveis motivos.

### **Conclusão:**

O presente texto, concebido enquanto comunicação para a XIII Semana de História da Ufes, é fruto das reflexões produzidas durante meu primeiro ano de pesquisa enquanto mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Dessa maneira, busquei apresentar os pontos de partida para análise dos movimentos populares dentro do Império romano sob o governo de Constâncio II, deixando espaço para futuras investigações e possíveis interpretações destes fenômenos.

Entretanto, pode-se delimitar conclusões prévias acerca da participação dos cidadãos nas disputas relacionadas à Questão Ariana. A primeira delas diz respeito a apropriação destes habitantes urbanos de meios instrumentais de inserção política. Seja por meio do conflito institucionalizado seja pela violência, os populares conquistaram meios para se fazerem presentes tanto no debate teológico acerca da Trindade, quanto nas situações políticas decorrentes. A segunda conclusão, intimamente relacionada a primeira, diz respeito ao papel de agência relegado a esses participantes pelos historiadores contemporâneos. A Questão Ariana é, por diversas vezes, tratada enquanto um embate entre os membros da elite eclesiástica e o Estado romano. A população, por outro lado, é citada enquanto provocadora de

manifestações, tumultos e sedições, eventos lidos sob uma ótica negativa. O que esta comunicação almejou foi a caracterização desses movimentos populares como momentos de ação política e social válidos e organizados de acordo com os meios disponíveis.

Por fim, destaca-se a importância dada pelos historiógrafos cristãos à tais eventos. Sócrates, Sozomeno e Teodoreto separam deliberadamente capítulos e parágrafos de seus textos para tratar dos envolvimento dos fiéis cristãos com a situação em questão. Logo, existiu um empenho por parte dos autores em preservar esta memória, ainda que trabalhada pelo olhar cristão, de embates e lutas violentas pela definição de uma ortodoxia e pela resolução de questões locais associadas a querela entre arianos e nicenos.

## **Referências:**

### **Documentação primária:**

SOCRATES SCHOLASTICUS. Ecclesiastical History. Text Translated by A.C. Zenos. In: SCHAFF, P.; WACE, H. (eds.). *A Selected Library of the of the Christian Church Nicene and Post-Nicene Fathers*. Peabody: Hendrickson Publishers, 1995, p. 2-451. s. 2, v. 2.

SOZOMEN. Ecclesiastical History. Text Translated by Chester d. Hartranft. In: SCHAFF, P.; WACE, H. (eds.). *A Selected Library of the of the Christian Church Nicene and Post-Nicene Fathers*. Peabody: Hendrickson Publishers, 1995, p. 620-714. s. 2, v. 2.

THEODORET. Ecclesiastical History. Text Translated by M.A. Blomfield Jackson. In: SCHAFF, P.; WACE, H. (eds.). *A Selected Library of the of the Christian Church Nicene and Post-Nicene Fathers*. Peabody: Hendrickson Publishers, 1995, p. 143-209. s. 2, v. 3.

### **Obras de apoio:**

ARMSTRONG, G. T. Imperial church building and Church-State relations, A. D. 313-363. *Church History*, v. 36, n. 1., p. 3-17, 1967.

CHESNUT, G. F. *The first Christian histories: Eusebius, Socrates, Sozomen, Theodoret, and Evagrius*. Paris: Éditions Beauchesne, 1977.

GARCÍA, M. I. L. Alcance y significado de la controversia arriana. *Clio & Crimen*, n.1, p. 87-114, 2004.

GWYNN, D. M. Archaeology and the 'Arian controversy' in the fourth century. In: GWYNN, D.; BANGERT, S. (eds.). *Religious Diversity in Late Antiquity*. Leiden: BRILL, 2010, p. 229-263.

LEMOS, M. S. As relações de poder entre o Estado Romano e a Igreja: uma história de conflito e conciliação. *Revista brasileira de história das religiões*, n. 17, p. 29-51, 2013.

LEPPIN, H. The Church Historians (I): Socrates, Sozomenus, and Theodoretus. In: MARASCO, G. (ed.). *Greek & Roman Historiography in Late Antiquity: Fourth to Sixth Century A.D.* Leiden: Brill, 2003. p. 219-254.

MAGALHÃES, J. C. Arianistas. In: FUNARI, P.P.A. (org.). *As religiões que o mundo esqueceu: como egípcios, gregos, celtas, astecas e outros povos cultuavam seus deuses*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 87-101.

NOBBS, A. E. Digressions in the Ecclesiastical Histories of Socrates, Sozomen and Theodoret. *Journal of religious history*, n. 1, v. 14, p. 1-11, 1986.

PASQUINO, G. Conflito. In: BOBBIO, N. (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 225-230.

RUBENSTEIN, R. *Quando Jesus se tornou Deus*. Rio de Janeiro: Físis, 2001.

SILVA, G. V. A relação Estado/Igreja no Império Romano. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (org.) *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória, Edufes, 2006.

SILVA, G. V. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337-361)*. Vitória: Edufes, 2015.

SILVA, G. V.; MENDES, N. M. Diocleciano e Constantino: a construção do Dominato. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (org.) *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Vitória, Edufes, 2006.

STOPPINO, M. Violência. In: BOBBIO, N. (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 1291-1298.

TEJA, R. Honestiores y humiliores en el Bajo Imperio: hacia la configuración en clases sociales de una división jurídica. *Memorias de Historia Antigua*, v. 1, p. 115-118, 1977.